

Parlamentares fazem lobby para ter aumento

Jamil Bittar — 4/1/95

■ Mesas da Câmara e do Senado tentam driblar a legislação

SÔNIA CARNEIRO

BRASÍLIA — As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado examinarão hoje medidas para atender as reivindicações salariais dos 594 parlamentares. As propostas tentam criar salários indiretos para driblar a determinação constitucional que só permite aumento de quatro em quatro anos ou junto com o funcionalismo.

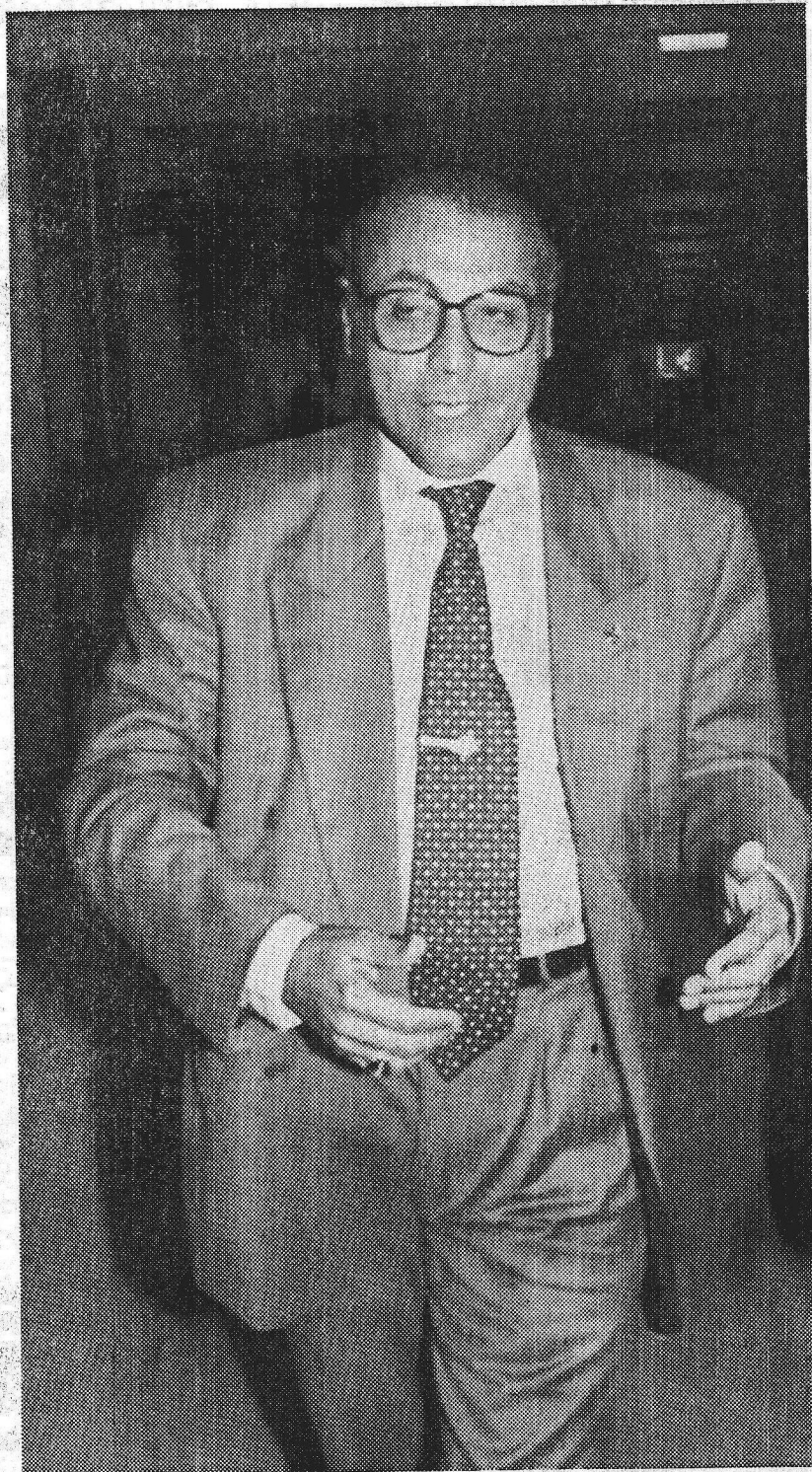
Na Câmara, está em estudo proposta do 3º secretário, deputado Benedito Domingos (PP-DF), para aumentar a verba de gabinete de R\$ 10.000 para R\$ 20.000 ou a contratação de mais três funcionários por gabinete. Outra sugestão é a volta do pagamento pelo comparecimento do parlamentar às sessões conjuntas do Congresso Nacional. Este pagamento foi extinto pela Constituição de 88.

No Senado, será apresentado o projeto do 2º vice-presidente, Júlio Campos (PFL-MT), criando uma verba de gabinete de R\$ 50.000, que seria acrescentada ao salário de R\$ 8.000. Em compensação, acabariam as verbas de ajuda de custo com moradia, transporte, correios e passagens aéreas.

Os presidentes da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) e do Senado, José Sarney (PMDB-AP) anunciaram ontem, que vão rejeitar todas as propostas. Sarney foi mais adiante: "Enquanto eu for presidente, não haverá aumento adicional de salários". O deputado Luís Eduardo não deixou por menos: "Os deputados precisam controlar mais suas despesas".

Inadimplência — Os deputados estão inadimplentes. Pelo menos 23 estouraram o limite de R\$ 20.000 do cheque especial, e 150 estão no vermelho, entrando e saindo desse limite. O problema é que o Banco do Brasil — órgão pagador da Câmara e do Senado — vem descontando os juros de 18% do salário. As dívidas têm prazo para renegociação até o dia 30 deste mês. Há deputados que estão pagando de R\$ 5.000 a R\$ 6.000 de juros, quase o mesmo que o salário (R\$ 8.000).

Da mesma forma, a Câmara desconta mensalmente dos contra-



Senador Júlio Campos propôs o "fim dos penduricalhos" e verba extra

cheques o que os parlamentares gastaram além do limite nas cotas de telefone, correios e passagens aéreas. Não é mais permitido acumular. Fez a despesa, ela é descontada. Quando recebem seus salários, além do desconto de 35% de Imposto de Renda, pagam os deputados estão pagando os juros do cheque especial e o que estouraram das cotas.

O 1º secretário da Câmara, Wilson Campos (PMDB-PE), solicitará hoje um encontro das mesas diretoras da Câmara e do Senado

para encontrar uma solução conjunta. "Proposta isolada não adianta", alegou. "É necessário um projeto de resolução votado pelo Congresso alterando os critérios de remuneração e subsídio dos parlamentares", acrescentou.

O gabinete do 1º secretário da Câmara é um verdadeiro muro de lamentações. Os deputados reclamam que por dia gastam em média R\$ 300, ou três salários mínimos. Para Campos, aumentar a verba de gabinete não resolve porque "estimula o nepotismo", já que parla-

mentares podem contratar parentes para ficar com o salário. O problema é que a verba de gabinete é autorizativa. Só pode ser gasta mediante comprovante e para o pagamento dos funcionários. O que não for utilizado fica no orçamento. "Vamos encontrar outros meios", frisou. Também a verba de transporte terrestre pode ser ressuscitada, uma vez que os 550 carros oficiais da Câmara foram vendidos.

Já o 2º vice-presidente do Senado, Júlio Campos (PFL-MT), foi além. Ele sugeriu "o fim dos penduricalhos e o pagamento de uma verba de gabinete de R\$ 50.000". Os senadores incluiriam no orçamento de 96 uma rubrica para despesas de gabinete no valor de R\$ 600.000 por ano. Em 12 meses, daria R\$ 50.000 para cada um dos 81 senadores contratarem funcionários, carro oficial, motorista, pagar suas contas de telefone, correios e passagens aéreas. "Eles teriam que se virar", acrescentou Júlio Campos. Segundo ele, a medida é de economia porque um senador com essas vantagens representa gastos de até R\$ 150.000 por mês.

Divisão — A proposta dividiu o plenário. "Receio que a verba seja empregada para contratar familiares e até amantes", disse o senador Jefferson Peres (PSDB-AM). Já os líderes do PMDB, Jader Barbalho (PA), e do PT, Eduardo Suplicy (SP) alegaram que "pode causar problemas o senador controlar sua própria despesa". O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) acha que "não há necessidade de novos gastos". O líder do governo Elcio Alvares (PFL-ES) não quer nem ouvir falar no assunto: "Deus me livre. O que eu ganho não é o ideal, mas no momento também não dá para discutir o assunto".

A senadora Marina Silva (PT-AC) protestou: "Como controlar a verba para que não seja usada só pelo senador? Isso vai acabar virando um trem da alegria", disse. Os senadores têm direito a quatro funcionários em caráter particular, mas podem requisitar até 22 para trabalhar no gabinete, além de cotas de telefone (R\$ 800), carro com motorista, quatro passagens aéreas por mês, serviço médico, apartamento funcional mobiliado e serviços postais.